

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(do Sr. Luiz Couto)

Requer realização de audiência pública para debater o tema da violência contra a juventude negra e a efetividade das recomendações do Relatório Final da CPI da Violência Contra Jovens Negros.

Requeiro realização de audiência pública para debater o tema da violência contra a juventude negra e a efetividade das recomendações do Relatório Final da CPI da Violência Contra Jovens Negros, com a participação dos seguintes convidados sugeridos:

1. Felipe Freitas - Ex-coordenador nacional do plano Juventude Viva;
2. Severine Macedo - Ex-secretária Nacional de Juventude do governo federal e mestrandia em educação pela Unirio;
3. Ângela Guimarães Ex-secretária adjunta da Secretaria Nacional de Juventude e presidenta da União de Negros pela Igualdade;
4. Haydee Caruso - Professora da UnB pesquisadora na área de juventude e polícia;
5. Mário Theodoro - Ex-secretário executivo da Seppir e consultor legislativo do Senado federal;
6. Jaqueline Muniz - Professora da UFF e especialista em segurança pública;
7. Representante do Ministério dos Direitos Humanos;
8. Representante do Ministério da Segurança Pública;
9. Representante do Ministério da Justiça.

JUSTIFICATIVA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Os números sobre a violência contra a juventude brasileira são alarmantes. De acordo com o Atlas da Violência 2017, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mais de 318 mil jovens foram assassinados entre 2005 e 2015 no Brasil. Os mesmos dados revelam que de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no país, 71 são negras.

O racismo estrutural no Brasil direciona a violência para a população negra. O atlas da Violência cita um estudo que revela que uma pessoa negra possui chances 23,5% maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontado o efeito da idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência.

Quando tratamos de juventude negra e violência, as porcentagens desfavoráveis continuam a vitimar jovens negros. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que entre as jovens e os jovens brasileiros de 15 a 29 anos, a chance de um jovem negro ser assassinado é quase três vezes (2,70) superior a um jovem branco na mesma faixa de idade.

Atenta a essa realidade, a Câmara dos Deputados instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Os trabalhos da CPI envolveram atividades nos estados com escuta representantes dos movimentos sociais, autoridades, acadêmicos e vítimas, seus familiares e os representantes das comunidades nas quais a violência se faz presente.

Como resultado, foram indicadas no relatório final da CPI diversas recomendações de providências legislativas que seguem atuais, infelizmente, vez que o cenário de violência não foi diminuído e as políticas públicas e projetos de lei que poderiam promover as mudanças necessárias não se realizaram satisfatoriamente.

Exemplo disso é a proposta de criação de um plano nacional de enfrentamento ao homicídio de jovens e a destinação de 2% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para um fundo que financiaria políticas nessa área. O plano converteu-se no projeto de lei nº 2438/2015 de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), ainda em tramitação na Câmara dos Deputados.

Outros projetos que visam regulamentar o uso controlado da força pelos órgãos de segurança pública; o aperfeiçoamento do controle externo da Polícia pelo Ministério Público; o fim da elaboração de autos de resistência e a adoção de medidas rigorosas de investigação dos crimes cometidos contra a vida, recomendando-se a aprovação imediata do PL nº 4.471, de 2012; o Programa Federal de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Morte - PPCAM, recomendando a aprovação do PL nº 5.234, de 2005, entre outros, também foram sugeridos pela CPI.

A necessidade de ações integradas para o combate ao racismo estrutural está delineada no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 como “Promover ações articuladas entre as políticas de educação, cultura, saúde e de geração de emprego e renda, visando incidir diretamente na qualidade de vida da população negra e no combate à violência racial.” (Diretriz 9, objetivo estratégico I, b). O atual status de implementação dessa diretriz deve ser considerado nas análises sobre causas da violência.

Importante registrar que o Encontro Nacional de Direitos Humanos realizado em 2017 pela CDHM em parceria com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal registrou propostas relativas ao enfrentamento da violência contra a população negra recomendando ao Poder Executivo “atuar contra atos de resistência e homicídio da juventude negra” e ao Ministério Público “Solicitar que exerça o controle externo das polícias, particularmente em relação às violações dos direitos das pessoas negras e pobres, e contra a população em situação de rua”.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, pela sua natureza institucional, tem o compromisso de aprofundar a discussão sobre esses temas, através de audiências públicas, pelo que requiro a realização de uma audiência pública com o objetivo de discutir os homicídios cometidos contra a juventude negra e a atualidade das recomendações do Relatório Final da CPI da Violência Contra Jovens Negros.

Sala das Comissões, em de abril de 2018.

Deputado LUIZ COUTO

PT/PB